

35 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro 2011
GT19 - Memória social, museus e patrimônios: novas construções de sentidos e experiências de transdisciplinaridade.

Título: Os dilemas da patrimonialização: da invisibilidade à hipervisibilidade de alguns aspectos da cultura afro-brasileira.

Autor: Livio Sansone – CEAO - FFCH-Ufba sansone@ufba.br

Não citar sem a autorização do autor.

Objetivo deste pequeno texto é suscitar o debate em torno de nosso projeto interdisciplinar, interinstitucional e transnacional de museu digital da memória afro-brasileira. Trata-se de uma intervenção concreta na geopolítica do conhecimento, uma tentativa de reverter a tradição e as práticas em termos da divisão do mundo entre lugares onde se faz pesquisa e se produz cultura popular e outros onde se guardam, arquivam e seguram os dados e os artefatos – estes tendem a corresponder aos lugares onde também se faz ou, melhor dito, se consagra a arte com a A maiúscula. Trata-se também de um exemplo concreto de quão contraditórias são as atuais políticas culturais e multiculturais no Brasil e de como uma nova configuração se define na interação entre novas tecnologias comunicacionais, intervenção do estado no âmbito da produção de culturas e identidades, e novas demandas de reconhecimento por grupos subalternos.

No Brasil, pelo menos desde a independência, aquilo que vem sendo definido como característico do caráter nacional sempre se celebrou, por parte do Estado e das elites, utilizando o povo. A partir da década de 1930 foram aperfeiçoadas as próprias categorias ‘povo’ e popular, por meio de Funarte, Iphan, museus e lista de artefatos que eram de alguma forma a patrimonializar. Embora o mesmo povo fosse de fato mantido distante do poder se permitiu, em um processo complexo, que alguma parte da cultura popular se tornasse parte íntima do imaginário da nação. Neste processo o Africano e depois o negro e o indígena sempre tiveram lugar simbolicamente central. Como mostra Lilia Schwarcz (2008), já desde 1830, os certames nacionais do Instituto Histórico e Geográfico premiavam e celebravam a contribuição destes Outros à brasilidade. Tratou-se de

uma incorporação em demasia cultural mais que social e econômica, em um processo que mesmo assim criou expectativas entre os subalternos e os racializados. Este processo de incorporação simbólica à representação da nação tem aumentado muito, embora em um contexto aonde o Estado está menos presente que faz décadas e outros agentes intervêm, desde perto ou virtualmente. Esta incorporação do popular ao nacional começa no governo nacional-populista de Vargas, aonde se incorpora mais a África – ou certos traços a ela associada - que o negro, e se inventa o Afro(-Brasileiro). Pensamos nos casos concretos do samba e do carnaval, mas também da capoeira, da comida e até da variante do Português que se fala do Brasil. Uma segunda fase se dá durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o primeiro presidente a denunciar o racismo com um problema nacional. Mas é na era Lula que se dão mais ainda novos atores, possibilidades e condições para a política das identidades. Deixa aqui somente tocar em alguns:

- A televisão e o consumo descobrem o negro, embora ainda não o indígena. Mesmo que não sejam todos os negros, mas sobretudo os 'bonitos' e os exitosos.
- A implementação da Lei 10369 em 2002 – e a globalização dos ideários e ícones do multiculturalismo mais em general.
- A política de cotas e as medidas inspiradas pela ação afirmativas nas universidades
- O novo estímulo à perspectiva Sur-Sur na política externa tem como conseqüências a celebração da África assim como de certos aspectos das origens também africanas do povo brasileiro.
- Direitos coletivos à terra em base étnico-racial – para quilombolas, ribeirinhos, populações tradicionais, indígenas.
- Novas políticas culturais, cujo eixo norteador pode ser resumido à dupla inclusão e patrimonialização. Determinante neste sentido é o trabalho do Ministério da Cultura e das Secretarias Estaduais de Cultura, que lançam toda uma série de projetos com uma terminologia totalmente nova neste âmbito: creative commons, nova política de museus, pontos de cultura, territórios de identidade, turismo étnico etc.

Em consequência disto penetra na língua portuguesa o termo 'diversidade', que se torna algo positivo e a manter, não mais uma questão a resolver ou solucionar – ter diversidade deixaria de ser um ônus, um problema, para se tornar um bônus para a nação brasileira. Pela primeira vez na história do País, antigos 'problemas' ou 'questões', como África, negro e índio se tornam, ainda que de forma paulatina e contraditória, um bônus. A isto se acrescentam o desenvolvimento e a popularização da noção de cultura imaterial ou intangível, com lista crescente de artefatos – como o samba de roda, o desfile dos Filhos de Gandhi, a Irmandade da Boa Morte, instrumentos e ritmos musicais tradicionais (que até então eram definidos de instrumentos e ritmos regionais). Trata-se de uma lista cuja tendência é crescer de forma exponencial, sobretudo quando os governos locais começam descobrir que sua cultura local 'tem valor' (como no caso do Município baiano de S. Francisco do Conde, que em 2006 se auto-proclamou 'capital da cultura').

- Os novos questionamentos da verticalidade social deste País historicamente tão desigual, com o surgimento de mais sofisticadas e mais específicas demandas de cidadania, criam novas sensibilidades no campo da autoria e propriedade intelectual, direito de imagem, autenticidade, demandas de reparação, vontade de se tornar sujeito e falar por si mesmo. Tudo isto coloca limites á liberdade coma a qual as diversas elites podem apelar ao povo, procurando se legitimar.

Todas estas novidades, ás vezes em tensão entre si, possibilitam uma nova configuração não somente para o processo de construção das identidades coletivas, mas também da memória, tanto daquela de grupos subalternos como daquela de Estado, que altera e amplia o banco de símbolos dentro do qual se recriam as identidades, tanto as seccionais como as nacionais.

Vamos agora falar mais concretamente de como, neste contexto de complexas e mutantes políticas culturais, onde a principio muitas ações podem ser desenvolvidas, pode ser também mais complexo que antes criar um museu de tipo étnico-racial ou um museu etnográfico propriamente dito, até mesmo em formato digital como em nosso caso.

Pensado inicialmente como uma versão digital de um arquivo antropológico de um contexto específico – e por isso chamado inicialmente de Arquivo Digital dos Estudos Afro-Baianos – mais adiante em seu desenvolvimento tem incorporado em sua equipe e em sua rede de colaboradores historiadores, museólogos e cientistas da informação. Trata-se do projeto para um Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira¹ .

O Museu digital pode ser entendido como um lugar democratizante em que se produzem relações de alteridade, construções identitárias, isto é, de reconhecimentos e pertencimentos locais, regionais e nacionais. Pela sua própria natureza, é também um dispositivo de acesso fácil, dinâmico, gerador de interatividade, que espelha o cotidiano e a cultura de diferentes grupos sociais, de minorias étnicas, de grupos marginalizados que se reconhecem por meio de valores, tradições, pertencimentos locais comuns, memórias individuais e coletivas.

Enquanto espaço conceitual, o Museu digital é, portanto, um lugar privilegiado que visa estimular o uso da memória social de minorias étnicas, de movimentos sociais, de memórias nacionais. Neste sentido, a idéia de construção de arquivo e museu de memórias vivas, veiculadas em rede, demanda um diálogo profícuo com questões referentes ao patrimônio material, imaterial e étnico, envolvendo diferentes usuários. Tal proposta contribuirá para a integração entre a cultura popular e a erudita, permitindo também o acesso do público jovem – consumidor de novas tecnologias – aos bens culturais como estratégia de criar novas sensibilidades e conhecimentos.

Desnecessário chamar a atenção para a importância da preservação de memórias dos afro-descendentes no Brasil, notadamente, no contexto atual em que o Estado brasileiro promove políticas públicas de inclusão afirmativa em diferentes setores da sociedade civil. Convém ressaltar que o Brasil é um dos países das Américas com maiores relações históricas com o continente africano, e

¹ . Porque também Africana? Porque nosso projeto estabelece uma série de intercâmbios com arquivos e museus africanos, que operam em um contexto interessante para nos em dois sentidos – por eles trabalharem com a imagética colonial sobre o negro/africano e por se estar á procura de novas abordagens e tecnologias.

tais vínculos ancestrais emergem em nossa vida cotidiana de forma intensa, muitas vezes levando-nos a pensar que se trata de manifestações autenticamente brasileiras, de sorte que esquecemos sua origem. Some-se a isto o esforço que o atual governo brasileiro realiza no sentido de uma maior aproximação diplomática com países africanos, estimulando para isso o intercâmbio cultural de estudantes africanos, sobretudo de língua portuguesa, nas universidades brasileiras.

A preservação da memória e do patrimônio imaterial em torno à população afro-brasileira e a questão dos direitos de imagem representa um tema mais que atual. No Brasil muito pouco se tem feito para preservar a memória da luta e do cotidiano da população afro-brasileira. Poucos e mal acondicionados são os museus, as galerias, os arquivos e os centros de documentação a respeito. Ainda carece de um esforço no sentido da preservação desta memória nas grande instituições que por isto deveriam funcionar, em primeiro lugar a Biblioteca nacional (BN) e o Arquivo Nacional (AN), mas também arquivos mais especializados como na Fundação J. Nabuco em Recife e, quem sabe, o próprio Arquivo Eduardo Leunroth (AEL) na Unicamp. Logo antecipo que nosso projeto também prevê a sensibilização destas instituições no sentido de incorporar às suas prioridades a assim dita 'questão negra' (relações raciais, racismo e cultura afro-brasileira): pesquisando em seus acervos, mudando o sistema de indexação (incluindo os itens raça/cor, racismo, negro, afro-brasileiro, África etc.) e, finalmente, priorizando o tema em suas exposições e publicações ².

Sabemos que lembrar a escravidão, sobretudo quanto ela deixa um marco nas desigualdades duráveis contemporâneas, assim como a discriminação racial, sobretudo quando esta atinge a parcela majoritária da população, pode ser difícil e é certamente doloroso, mas é hoje necessário (Sansone 2002). A nova lei federal que obriga o ensino das disciplinas história e das culturas Africanas e história e culturas da África não pode ser efetivamente implementada sem a preservação de acervos documentais, imagens (gravuras, desenhos, fotos etc) e materiais audiovisuais (por exemplo, entrevistas com mãe pais de santo, ativistas,

² O número especial da revista do Arquivo Nacional, Acervo, publicado em 2010 e dedicado ao negro nos arquivos é indicativo de uma mudança positiva.

políticos e intelectuais negros, ou gravações de grupos de samba de roda, congadas, ternos de reis etc.). Com outras palavras, uma forma de dar visibilidade à população afro-brasileira é se perguntar qual é a melhor forma de cuidar de sua memória e de seu patrimônio cultural material e imaterial. Precisamos nos perguntar também que uso fazer desta memória, documentos e imagens. Há uma série de usos possíveis: acadêmico, no contexto do ativismo, documental ou puramente comercial.

Ao lado desta necessidade de preservação da memória, dos sons e da imagem, temos outros desenvolvimentos da nossa sociedade com os quais precisamos confrontar devidamente e abertamente. A noção de cidadania está se ampliando nos últimos anos de consolidação da democracia no Brasil no sentido de incorporar o desejo de um maior controle por parte do indivíduo sobre o uso público da imagem do cidadão, sobretudo do cidadão negro. Como melhor entender e superar o dilema que parece opor o imperativo da preservação da memória da experiência da população afro-brasileira com uma crescente demanda no sentido de um controle direito sobre como circulam e são publicadas fotos, imagens, letras e músicas produzidas por negros ou associadas ao negro?

Nosso projeto de MD tenciona refletir sobre esta tensão e trabalhar para que se proceda à elaboração de um código de conduta que salvaguarde o direito da imagem do indivíduo tanto quanto a necessidade - que satisfaz a crescente curiosidade para a história e as culturas africanas e afro-brasileiras em ampla camada da população - de se exibir imagens, escutar sons e ler textos produzidos por negros, sobretudo daqueles que até então não tem tido vez e tem sido condenados ao silêncio ou a invisibilidade. E como lidar com as novas tensões que resultam do processo pelo qual determinadas formas culturais, finalmente 'descobertas' e às vezes agora definidas como patrimônio imaterial, transitam subitamente da invisibilidade para a hipervisibilidade? É aquilo que acontece quando se joga nos holofotes da mídia, por exemplo, um grupo até então bastante 'local' de samba de roda (um gênero de samba recém inscrito na lista do patrimônio intangível mantida pelo IPHAN).

Patrimonializar a cultura afro-brasileira subentende também definir de alguma forma o que é esta cultura, de quais elementos ela se compõe. Esta necessidade de fixar traços de uma cultura esta em tensão com a noção dinâmica de cultura que hoje é canônica em todas as ciências sociais. De fato precisamos criar consenso em torno daquilo que podemos chamar de comum denominador da cultura afro-brasileira (Sansone 2007).

O próprio tamanho da população afro-brasileira e a dimensão da 'questão negra' no Brasil colocam um problema de economia: nosso MD poderia, em teoria, tratar de quase todo o 'povo' e por isso precisa escolher alguns temas e âmbitos sem por isso reduzir a abrangência da questão. É, de fato, um dilema a ser resolvido caso por caso.

As novas tecnologias comunicacionais têm um profundo impacto na construção da memória e em sua articulação com o processo identitário – se assumir como uma identidade setorial não é hoje um processo ou um projeto que se realiza segundo os mesmos caminhos que antes da popularização do computador, internet, celular, gravador digital, pen drive etc. É preciso refletir mais detidamente sobre a interface entre estas tecnologias e a forma pela qual lembramos, celebramos, escolhemos e organizamos nossas ideias tanto em nosso próprio cérebro quanto em relação a outros. Museus virtuais ou digitais não deveriam ser vistos como substitutos dos museus presenciais, assim como penso que visitação digital e presencial ou experiência tátil e digital podem ser vistos mais como complementos do que como adversários um do outro. Evidente, porém, que estou ciente da ironia pela qual os museus digitais, assim como de alguma forma o patrimônio imaterial ou intangível, parecem ser a 'solução' à histórica carência de museus no Sul Global, em quanto é no Norte Global que se concentra o patrimônio material e/ou sua musealização presencial. Não acredito que a tecnologia digital seja nenhuma solução em si, mas que proporciona um novo contexto e oferece novas possibilidades. Ela não deve ser divinizada e precisa ser entendida dentro da lógica política – a política do digital. O meio digital é um meio e não um fim em si – digamos, é como aprender línguas estrangeiras, sua utilidade só virá a tona se tem uma mensagem a se comunicar. Mais que ser um

antídoto, a internet reflete as desigualdades – e as torna visíveis ou interpretáveis a outros. A informação por meio digital, por sua quantidade e tipo de (des)organização recoloca, como diria Boudrillard, o dilema de uma nova afonia frente a um nova pletera de informação, dentro da qual saber escolher vira uma questão de status – saber escolher define uma das características principais da nova elite intelectual. Frente a estes novos desafios e possibilidades talvez a postura certa seja aquela que Gramsci sugeria com relação ao ativismo: precisamos ser (tecno) céticos, mas deixarmos mover pelo otimismo da ação digital.

O projeto de Museu Digital (MD) que apresento aqui começou em 1998 na alvorada do Curso Internacional Fábrica de Idéias no antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro. Desde 2002 a Fábrica de Idéias é um Programa Permanente de Extensão em Pós-Graduação no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Começou com uma coleção de recortes de jornais e folhetins de e sobre o movimento negro, o racismo e a África na imprensa brasileira, iniciada sob a coordenação de Carlos Hasenbalg, que recebeu um apoio do fundo para resgate de arquivos em perigo do Programa Sefhis – entidade infelizmente em processo de extinção. Nosso projeto de MD tenciona aproveitar da rede de cerca de 400 pesquisadores junior e sênior desenvolvida graças às quatorze edições do curso internacional Fábrica de Idéias assim como da rede Sul-Sul que desenvolvemos graças ao apoio do Sefhis Program. Idealmente, cada um destes pesquisadores pode ser um colaborador de nosso projeto museal interativo, fornecendo cópia digital de documentos assim como sugestões, críticas e contatos. Nosso MD almeja ter uma grande rede de antenas de captação.

Nosso MD já recebeu alguns importantes apoios (Prince Claus Foundation, CNPq, Capes, Finep, Fapesb) e estabeleceu uma série de parcerias institucionais (entre outras, com a Associação Brasileira de Antropologia). Participamos da rede da Memória Virtual da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e estamos definindo uma parceria com o AN (Arquivo Nacional), que poderá priorizar a questão negra

num futuro próximo, assim como priorizou a tortura em uma recente e interessante exposição digital. Por meio da plataforma DSpace a BN será nosso repositório digital. Lá ficarão guardadas, com recursos em constante atualização, cópias digitais em alta definição (300 dpi) dos documentos que nosso MD disponibiliza, em princípio, em baixa resolução (64dpi) – seja para não tornar mais pesada a navegação seja por motivo de direitos autorais que as vezes se aplicam aos documentos. Os documentos em nosso MD podem ser usados livremente para fins educativos e de pesquisa. É suficiente citar a fonte original e nosso MD. Quem precisa de cópia em alta definição, por exemplo, para fins de publicação, poderá obtê-la junto ao setor apropriado da BN.

Nosso acervo é tanto, digamos assim, herdado, resultando de arquivos já existentes, quanto criado ex-novo, provindo de nova pesquisa e processos de captação de documentos. Por herdar entendo o recuperar cópia digital, total ou parcial, de coleções já presentes em arquivos – cópias que podemos exibir em galerias temáticas compostas por documentos provenientes de diversos arquivos³.

Para descrever o que entendemos por criar nosso acervo preciso apontar por quatro conceitos que norteiam, politicamente, nosso trabalho:

1. Repatriação digital⁴: sugerimos aos arquivos estrangeiros que possam ficar conservando de boa forma os documentos originais, mas que sejam altruístas com as cópias digitais, que deveriam ser circuladas livremente sem altos custos de reprodução, permitindo aos pesquisadores analisar documentos sem ter que necessariamente se deslocar e viajar para o exterior.

³ Esta é uma idéia amadurecida numa reunião com a equipe do AN em 2009, onde o Diretor Jaime Antunes propôs que nosso MD possa funcionar também como arquivo dos arquivos.

⁴ Já dispomos de cópia de documentos de importantes pesquisadores (ver site), repatriados ou doados, inclusive com o apoio do Smithsonian Institute em WashingtonDC, Archive of Traditional Music da University of Indiana at Bloomington, Moorland-Spangarn Research Center da Howard University, Schomburg Institute da New York Public Library, Melville Herskovits Library da Northwestern University, Archivos da Unesco em Paris e AEL na Unicamp, no caso do acervo de Donald Pierson. Estamos aos poucos levantando quais coleções de nosso interesse há no Brasil, na BN, AN, Fundaj e outros arquivos menores (como IGHB, arquivo Jair Moura da Capoeira, coleções privadas de pesquisadores, ativistas, casas de santo, sindicatos e colecionadores). Fizemos um primeiro inventário nacional no seminário de lançamento de nosso MD, em 10 e 11 de junho de 2010.

2. Doação digital: por meio da criação de um termo de cessão digital, já disponível em nossa homepage, e indicando a Biblioteca Nacional como repositório digital, por meio da plataforma Dspace, tencionamos induzir uma política e prática de disponibilização, por meio de nossa homepage, de documentos de nenhum ou difícil acesso. Em princípio não queremos ficar com os documentos ou peças originais, mas somente digitalizá-los, arquivá-los e musealizá-los em nossas galerias. Os originais serão devolvidos para os donos, após, se necessário, uma sua limpeza e melhor acondicionamento segundo os critérios da moderna arquivologia. Afinal pretendemos ser um museu sem donos! Em casos excepcionais, quando os documentos originais correm perigos (por má conservação ou porque estão sendo vendido ou cedido a privados e/ou entidades no exterior), poderá se proceder à sua conservação em um arquivo ou biblioteca pública, assim como a sua definição como documentos de interesse público, para prevenir que sejam enviados para fora do território nacional e facilitar a captação de recursos para sua justa conservação. Não se pode subestimar a importância deste último processo, sobretudo no Nordeste onde há graves carências das instituições públicas, sejam elas arquivos públicos, bibliotecas ou museus. Aliás, talvez é nesta região que a histórica pouca visitação popular destas instituições, sobre a qual escreveu Myrian Santos (2004), seja ainda mais acentuada. É por isso nesta região, ademais de grande população negra, que concentraremos nossas atenções, sem detrimentos de outras regiões, na campanha de sensibilização em prol da doação digital.

3. Etnografia digital: este método visa a captação de documentos e, contemporaneamente, a sensibilização de comunidades específicas no sentido de aderir ao movimento para a doação digital. Isto faremos por meio de nossa pesquisa de campo por meio de uma estação itinerante de digitalização e, mais adiante, de museu mambembe, que procura seu público e cria momentos de dramatização em torno da memória, por exemplo, da escravidão no Recôncavo baiano.

4. Generosidade digital: Este ponto parte da constatação que estamos a vivenciar um novo e crescente anacronismo no processo de criação de difusão do

conhecimento: hoje se editam e produzem mais livros e, em geral, textos de cunho científico que nunca, que tendem a ser mais facilmente e rapidamente traduzidos em outros idiomas que antes, mas seu uso e interpretação são menos facilmente contextualizáveis que nunca – texto e contexto andam menos juntos que antes. Se uma vez podia se traçar a gênese de um texto ou obra, fazendo uma autêntica arqueologia de seu processo de produção, em se podendo basear em cadernos de campos, notas, escritos, trocas epistolares e rascunhos, que arqueologia do saber pensar hoje? O hipertexto já está penetrando nossa prática de pesquisa e o cotidiano da troca de opiniões com colegas. Pouco se guardam os Emails, que são sempre demais e muitas vezes escritos naquela que o filósofo e escritor Hans Magnus Enzensberger (1971), em se referindo à fala das estações de rádio comunitárias na Europa da década de 1970, chamava de linguagem suja. Por outro lado, a web poderia se tornar, explorando novas fronteiras metodológicas, uma grande e nova forma de compartilhar a experiência de pesquisa: aprendendo a compartilhar e trocar dicas, sugestões, listas de perguntas, anotações, questionários, dados secundários e, quando possível, até primários. Em algum caso até nossos informantes, pelos menos aqueles que mais prezam a manutenção do contato com pesquisadores de sua realidade, inclusive como forma de passar a ser sujeito e não mais somente objeto da pesquisa, poderão se fazer presentes em esta homepage do MD. Neste sentido, poderia se criar um protótipo de um portal onde os pesquisadores possam intercambiar estas experiências, um dos espaços de diálogo de nosso MD.

No que diz respeito aos direitos autorais nos acreditamos na filosofia que norteia o movimento dos *creative commons*, citar é necessário, mas não pagar. No âmbito de nosso MD a questão dos direitos autorais se põe tanto no uso de software como nos termos do direito de imagem, da salvaguarda da privacidade e da reprodução digital de um documento e sua sucessiva disponibilização pela web.

Tipos de Documentos:

Importante é também detalhar o que entendemos por documento no caso de nosso Museu Digital. Sabe-se que o termo documento é polissêmico e que todo documento é, de fato, um monumento. Em se falando de digitalização, os documentos que escolhemos também serão resultados de escolhas, políticas e processos de monumentalização e patrimonialização. Concretamente, os documentos que priorizamos são compostos por um conjunto amplo que obviamente inclui as fontes escritas, mas não pode se limitar ao registro escrito no sentido mais estreito: material impresso (por exemplo, recortes de jornais), documentos pessoais, cartas, atas, textos originais e não publicados, poesias, receitas culinárias ou da medicina tradicional, fotos, iconografia, gravações e partituras de músicas, depoimentos (já gravados ou produzidos por nossa equipe ad hoc), rezas, cantigas, reproduções de objetos ou artefatos da cultura material, filmagens e gravações de eventos culturais ou políticos. Pensamos, sobretudo, em:

1. Documentos que já existem em a. arquivos; b. acervos particulares. Trata-se tanto de arquivos 'sobre' a população afro-brasileira como, em medida menor, de registros produzidos por afro-brasileiros (antropólogos, intelectuais, artistas, ativistas, lideranças religiosas etc). Podem ser um museu dos museus e um arquivo dos arquivos: por exemplo, podemos montar exposições temporaneas com 'peças' de diferentes arquivos ou museus. Peças que seriam intercambiadas por meio de uma política de empréstimo digital.
2. Documentos capturados e/ou produzidos por pesquisadores, que os circulam on line, autorizando sua publicação parcial ou integralmente, durante e depois da realização de pesquisa.
3. Documentos *ex novo* – sobretudo a capturar quando não há registros prévios. Estes podem ser depoimentos, fotos, gravações musicais etc. Pode se tratar também de documentos produzidos gravando ou registrando

como um determinado grupo ou comunidade recebe nosso projeto e pesquisadores – como as pessoas recebem, comentam e, por vezes, dramatizam imagens e documentos sobre sua própria realidade que nos apresentamos para eles. Esta última forma de capturar documentos e registrar a memória gostaria chamar de museu mambembe ou itinerante – o tipo de museu que procura e cria seu próprio público.

Porque escolhemos as coleções mencionadas:

Começamos com uma série de coleções renomadas nos Estados Unidos e França (ver site), que até então não tinham sido disponibilizadas para um amplo público brasileiro – porque não digitalizadas ou não disponíveis on line. ‘Repatriar’ virtualmente estes registros, por meio de acordo de cooperação com instituições estrangeiras que prevê a digitalização e disponibilização na rede, tem sido nossa primeira etapa – ainda incompleta porque ainda constam muitos acervos de pesquisadores sobretudo estrangeiros que são de acesso mais difícil.

Como escolhemos os registros:

Para a recomposição da memória afro-brasileira, interessam-nos tanto figuras conhecidas da vida social, política e intelectual do Brasil, como figuras anônimas ou pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas – por exemplo, mães e pais de santo ou as primeiras turmas de alunos cotistas em uma universidade pública.

O sítio com telas ideográficas dinâmicas, estará em constante atualização, produzindo material para que sujeitos/pesquisadores possam se comunicar sobre os documentos já on line e acrescentar outros – segundo os princípios da generosidade e doação digital. Neste sentido nosso projeto prevê uma constante

pesquisa e atualização dos softwares ou plataformas mais adaptáveis para fins de gerenciamentos de conteúdos e criação de repositórios digitais ⁵.

Pensamos, em primeira instancia, em documentos e materiais produzidos por pessoas identificadas como negros e/ou afro-brasileiros – porque está aqui a carência maior - a ser procurados juntos a lideranças religiosas afro-brasileiras, ativistas negros, sindicalistas, músicos (eruditos e populares), mestres e academias de capoeira, lideranças quilombolas, Ong's, concernentes às populações afro-brasileiras, Igreja Católica (sobretudo a Pastoral do Negro) e algumas igrejas pentecostais, arquivos pessoais de componentes da elite negra ⁶ Também importantes serão registros ainda não publicados ou de difícil acesso se já publicados, produzidos 'sobre' ou 'para' os negros e/ou afro-brasileiros e as relações raciais mais em geral por uma variedade de figuras profissionais ou do mundo intelectual que tem observado esta realidade ao longo da historia do Brasil: viajantes, missionários, diplomatas, religiosos, ensaístas, jornalistas, antropólogos e outros cientistas sociais.

Estrutura interna: um núcleo coordenador e uma rede de colaboradores:

Estamos a trabalhar com equipes regionais, que dispõem de total autonomia, baseadas em quatro estados⁷. Nosso museu digital é um instrumento de pesquisa com características de serviço público. Ele funciona com um nucleo central de pesquisadores e técnicos e uma rede mais ampla de colaboradores. Estes são, primeiramente, pesquisadores ativos no meio academico, mas tambem colecionadores, pesquisadores autodidatas, ativistas e curadores. Nosso MD

⁵⁵ Em Agosto de o consenso em nosso projeto se da no sentido do uso dos programas Druppal e Sakai, para gerenciamento de conteúdos, e do programa Dspace, para o repositório digital.

⁶ Contamos nisso com a pesquisa de doutorado de Angela Figueiredo e Ivo de Santana, ambos pesquisadores associados ao nosso Grupo de Pesquisa cadastrado junto ao CNPq.

⁷ Nesta data nosso MD dispõe de equipes funcionando na UFMA, UFPE, UERJ e UFBA. Cada equipe tem sua homepage, mas todas estão sincronizadas com a pagina geral do projeto e usam os mesmos software, divergindo, basicamente, exclusivamente na veste gráfica e nas formas de musealizar documentos ou privilegiar o resgate de determinados arquivos em perigo ou a criação de novos documentos ou, ainda, a organização de galerias na base de documentos já presentes em arquivos em papel.

deverá ser mais do que um arquivo digital. Haverá visitação, em vários níveis. Haverá também interação entre usuários e MD, inclusive com a criação de pontos de memória (e captação de documentos) em espaços públicos. Queremos funcionar em rede, com o apoio de nosso conselho consultivo, que reúne pesquisadores, curadores, intelectuais, artistas e ativistas de vários países e que se reunia periodicamente por videoconferência, assim como de uma associação de amigos do museu digital que poderá ser criada mais adiante e que animará o café (virtual) de nosso MD, disponível em nossa homepage.

Pode se colaborar de diversas formas: doando digitalmente material, colaborando com sugestões e críticas, ou se responsabilizando para a construção e curadoria de uma galeria, que consiste em um conjunto de documentos enfocando um tema específico que são musealizados por meio de uma série de recursos diferentes. Para a construção de uma galeria, nos fornecemos ao pesquisador responsável, após a avaliação de seu cadastro, uma senha que permite acesso à seção de nosso MD que nos chamamos de galeria.

Desafios:

Nossa primeira fase de atividade já nos põe uma série de grandes desafios.

Tivemos, rapidamente, que definir como lidar com categorias como:

Autenticidade (o que é um documento autêntico?),

Originalidade (quais documentos escolher, dentro de conjuntos frequentemente muito amplos?),

Propriedade (qual propriedade reconhecer ou negar? E em qual medida?);

Privacidade (pode se tornar tudo público?),

Exclusividade (aquele fenômeno que se dá entre historiadores na forma da categoria 'meus documentos' e entre os antropólogos na forma da categoria 'meus informantes');

Direitos autorais, de imagem e privacidade (o que é público ou privado; por que, para o que e a quem pedir autorização);

Quem conferir o estatus de pesquisador (o que fazer com os autodidatas);
Se e como incorporar os arquivos dos movimentos sociais, associações e ONG's,
Que tipo de intercâmbio tecer com outros Museus Digitais ou virtuais;

Que relação manter com os projetos de digitalização de arquivos, por exemplo, na África – deve se tratar de intercâmbio de tecnologia e/ou da troca de documentos em torno de temas de importância transatlântica, como mestiçagens, elites de cor ou coloniais, e iconografia racista.

Nosso Museu Digital será também um museu das relações e hierarquias raciais assim como do racismo. Neste sentido depoimentos de negros e brancos, serão importantes assim como registros de documentos, processos, jornais etc. Musealizar o racismo, mesmo que de forma digital, leva à necessidade de refletir sobre o que musealizar a dor e o mal. A reflexão em torno dos museus do holocausto, da escravidão e do apartheid será fonte de inspiração.

Finalmente, nosso projeto desafia por precisar desenvolver novas formas de musealização virtual, criando aquelas que nos chamamos de galerias, que aproveitam documentos e 'peças' do nosso e de outros arquivos digitais tornando-os dinâmico e, de alguma forma, espetaculares. Em suma, como criar, para diversos tipos de públicos, a emoção do museu, agora virtual?

Nosso Museu Digital, por tudo isso, é tanto um serviço público quanto um instrumento de pesquisa e de instigação à reflexão sobre as ciências sociais e sua aplicabilidade, sobretudo as questões levantadas pelo desenvolvimento de um novo multiculturalismo à brasileira e a relação entre novas tecnologias comunicacionais e o uso da memória. Pretendemos dar uma contribuição concreta à feitura de uma nova geopolítica do conhecimento. Criar museus e arquivos a partir do Sul e em uma perspectiva Sul-Sul, mesmo em se tratando de experiências digitais ou virtuais, pode contribuir a reverter as formas tradicionais de se associar lugar com conhecimento e sua preservação. Neste sentido achamos maduro começar pensar em uma nova, mais crítica e menos 'natural' política da conservação - *politics of storage* – que questione as atuais relações de poder em torno deste processo.

Referencias

Acervo v. 22 nº 2, Numero especial sobre o Negro na Sociedade Contemporânea, Revista do Arquivo nacional, Rio de Janeiro, jul /dez 2010

Enzensberger, Hans Magnus. Elementos para una teoría de los medios de comunicación. 1971.

Sansone, Livio. “Que multi-culturalismo para o Brasil”. Ciência e Cultura (SBPC), v. 59, p. 24-29, 2007.

--- “Memória da escravidão nos dias de hoje: patrimônio cultural à moda brasileira”. Interseções (UERJ), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 147-156, 2002.

Santos, Myrian Sepúlveda dos .”Museus Brasileiros e Política Cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-72, 2004.

Schwarcz,. Lilia. O espetáculo das raças, 7a edição. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. v. 1. 288 p.